

Tales Faria

Davi Alcolumbre provoca e Lula “ainda” não quer guerra

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), passou o dia, nesta terça-feira, 26, dando demonstrações ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que pode retardar a tramitação ou promover pequenas alterações para atrasar a promulgação da derrubada da escala semanal de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1).

Antes, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), chegou a conversar com Alcolumbre para tentar apressar a votação no Senado depois que o projeto for aprovado na Câmara. Saiu convencido de que ainda não há uma definição sobre a tramitação do projeto na Casa.

Alcolumbre recebeu e posou para fotos, sorridente, junto a um grupo de cerca de 30 representantes de entidades empresariais, liderados por Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), e Ricardo Alban, da CNI (Confederação Nacional da Indústria). O grupo defendeu atrasar a tramitação da redução da jornada de trabalho.

O presidente do Senado também juntou para fotos parlamentares de oposição que buscam apoio para alterar o texto da Câmara incluindo a criação do regime de remuneração baseado em horas trabalhadas. Tal ação pode travar as discussões, impedindo que se cumpra do desejo do presidente Lula de votação do projeto antes da eleição.

A impressão que ficou para Hugo Motta após seu encontro com Alcolumbre é de que ainda é preciso aparar as arestas na relação entre os dois. “Penso que lá as coisas só irão andar após eles con-

versarem”, disse Motta a um aliado.

Lula e Alcolumbre estão praticamente sem se falar desde que os senadores derrubaram a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na cerimônia de posse do ministro Kassio Nunes Marques como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 12 de maio, eles foram levados pelo cerimonial a sentar lado a lado, mas evitaram até mesmo trocar olhares.

Ambos têm interesse em desfazer o mal estar, mas não encontram uma saída confortável para os dois. Lula precisa de Alcolumbre para esta e outras pautas que passarão pelo Senado até o final do ano. Alcolumbre precisa do apoio do governo nas eleições do Amapá e até para sua reeleição ao comando do Senado em 2027. Mas, como ficou parecendo a Hugo Motta, o problema só será solucionado após conversarem pessoalmente.

Enquanto essa conversa não ocorre, Alcolumbre faz questão de dar demonstrações do risco que o governo corre. Foi o que fez nesta terça-feira com os acenos às entidades empresariais e à oposição. Ao mesmo tempo, deixou vaziar que não pretende se tornar um empecilho à aprovação da 6x1. Senadores opositoristas, no entanto, dizem que ele não terá problema em “sentar em cima” do projeto, como já fez em outros casos.

No Palácio do Planalto, seus movimentos são vistos como enigmáticos. Talvez por isso Lula tem dito a interlocutores que não deseja uma guerra aberta, mas não se deixará atropelar.

Fernando Molica

O bloqueio da terceira via

A terceira via, uma alternativa à candidatura de Flávio Bolsonaro (PL), tem sido travada por uma barreira que setores empresariais e financeiros ajudaram a construir quando abraçaram o bolsonarismo. O veto do ex-presidente Jair Bolsonaro à candidatura presidencial do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), preferido por dez entre dez expoentes da Faria Lima, evidenciou ainda mais o viés do clã, que busca se constituir em uma espécie de caminho único para os setores à direita do espectro político e busca formar uma dinastia.

Essas lideranças empresariais podem argumentar que não apostaram em Bolsonaro em 2018, foram surpreendidas pela força do ex-capitão quando jogavam suas fichas em alternativa mais palatável, representada pelo então tucano e hoje socialista Geraldo Alckmin.

É compreensível que comemorassem o fim do ciclo marcado por quatro vitórias consecutivas do PT e o início de uma experiência liberal que seria comandada por Paulo Guedes. Vá lá que acreditassem na conversão de Bolsonaro às regras do jogo democrático, talvez a defesa de ditadores e torturadores e a condenação de direitos humanos básicos não passassem de jogo de cena, né?

Mas Bolsonaro, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, não pode ser acusado de ter enganado seus eleitores. Talvez tenha sido, entre todos os presidentes, o que mais demonstrou fidelidade às propostas de quando era candidato — foi fiel aos absurdos despejados na campanha.

No Planalto, procurou executar o projeto au-

toritário que alardeou em toda a sua carreira política; diante da pandemia, provou sua adesão ao negacionismo; ameaçado de perder o poder, renovou sua fidelidade a saídas golpistas. Na economia, substituiu o liberalismo de palanque pela prática de concessão de benesses tão condenadas quando praticada por petistas.

Sua atuação na eleição municipal paulistana demonstrou, mais uma vez, sua desconfiança em relação aos que não professam de joelhos sua cartilha, esnobou até onde foi possível a candidatura de Ricardo Nunes (MDB), mesmo depois de ter imposto um fiel escudeiro no lugar de vice.

Agora, diante do coro pró-Tarcísio, escolheu um filho, não quis correr o risco de perder a hegemonia no campo da direita — como Dom João VI, quis manter tudo em família; independência conservadora seria sua morte política.

Os que hoje buscam a terceira via sabiam do risco representado por Bolsonaro e por seu filho, que trazia no currículo suspeitas relacionadas à construção indevida de patrimônio imobiliário, obtenção de lucros mágicos de uma loja de chocolates e de peculato, a rachadinha.

Mesmo assim, os que sofrem de engasgo crônico com a estrela vermelha do PT resolveram apostar. Preferiram crer que Flávio era mesmo o Bolsonaro que tomava vacina, que seria mais maleável e moderno.

As conversas com Daniel Vorcaro, uma relação antes negada pelo pré-candidato, revelaram o que empresários queriam não ver quando construíam o muro que interditaria seus caminhos — quem pede carona não define o trajeto.

EDITORIAL

Os cuidados à saúde pelo “corpo perfeito”

A morte precoce do fisiculturista Gabriel Ganley reacende um debate que o esporte, as redes sociais e a sociedade frequentemente evitam enfrentar com honestidade: o culto ao corpo perfeito tem custado vidas. Mais do que uma tragédia individual, casos como esse revelam a dimensão de um problema alimentado pela pressão estética, pela lógica do desempenho extremo e pela banalização do uso de anabolizantes.

Durante anos, o fisiculturismo deixou de ocupar apenas nichos esportivos e passou a integrar o imaginário popular. Corpos hipertrofiados transformaram-se em símbolo de sucesso, disciplina e poder. Nas redes sociais, influenciadores exibem resultados rápidos, rotinas exaustivas e transformações impressionantes, quase sempre sem mencionar os riscos envolvidos. O que se vende é a imagem do “corpo ideal”; o que se esconde são os danos silenciosos que muitas vezes acompanham esse processo.

Os anabolizantes, embora tenham aplicações médicas específicas e controladas, são frequentemente utilizados de maneira indiscriminada para acelerar ganho muscular e reduzir gordura corporal. O problema é que o organismo humano cobra um preço alto por esse atalho estético. Entre os efeitos mais conhecidos estão hipertensão, alterações cardíacas, insuficiência hepática, infertilidade, distúrbios

hormonais e transtornos psicológicos, como depressão, agressividade e dependência. Em casos extremos, o abuso pode levar à falência de órgãos e à morte súbita.

A gravidade da situação aumenta porque muitos usuários são jovens. Influenciados por padrões irreais e pela promessa de reconhecimento social, adolescentes e adultos iniciam ciclos de substâncias sem acompanhamento médico, orientados por vídeos na internet ou por recomendações de academias clandestinas. O perigo deixa de ser exceção e passa a integrar uma cultura de normalização do risco.

É preciso romper o silêncio em torno desse tema. A discussão sobre anabolizantes não pode ficar restrita ao julgamento moral ou à simples criminalização. Trata-se de uma questão de saúde pública. Informar, fiscalizar e promover educação sobre os impactos dessas substâncias é responsabilidade coletiva. Academias, federações esportivas, profissionais da saúde e plataformas digitais precisam assumir papel mais ativo na prevenção.

A morte de Gabriel Ganley não deve servir apenas para gerar manchetes passageiras ou comoção momentânea. Ela precisa funcionar como alerta. Nenhum padrão estético vale mais do que a vida humana. Quando a busca por músculos ultrapassa os limites da saúde, o corpo deixa de ser expressão de bem-estar e passa a ser palco de autodestruição.

Opinião do leitor

A encíclica de Leão XIV

Uma encíclica oriunda de um bom discernimento sobre o mundo de hoje Verdadeira inteligência humana vinda do servo de Deus. Papa Leão XIV, está sem dúvida a surpreender muitos fiéis e não fiéis. Interventivo, coerente nas suas mensagens. Aprecio muito o Papa Leão XIV. É determinado e toca no que é importante. Abençoado seja.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.